

## Pandemia e poder: uma perspectiva multiespecífica da biopolítica no antropoceno

*Pandemics and power: a multispecies take on the biopolitics of the anthropocene*

Maurício Sérgio Borba Costa Filho\*

**Resumo:** No presente texto propomos uma perspectiva multiespecífica para a análise da biopolítica. Partindo da situação da emergência da pandemia do COVID-19, tomada dentro do contexto das mutações ecológicas do Antropoceno, argumentamos que, para além da atenção voltada às operações das diversas experiências e dispositivos biopolíticos sobre o corpo humano – corpo individual ou corpo social – deve-se trilhar por uma via expandida que leve também em consideração, conjuntamente (e não por exclusão), os efeitos dessas operações sobre formas de vida outras-que-humanas, tomando termos como *meio ambiente* e *natureza* não apenas pelo prisma de serem recursos geridos finalizando a condução da conduta humana, mas como meios vivos, igualmente.

**Palavras-chave:** Biopolítica; Antropoceno; Estudos Multiespécies

**Abstract:** The present paper argues for a multispecies-focused understanding of biopolitics. Considering the global emergency brought about by the COVID-19 pandemics, which can be situated within the larger picture of the ecological mutations of the Anthropocene, it seeks to propose an expanded perspective focused not only on the experiences and dynamics of biopolitics over the human body – be it the individualized body, be it the social, collective, body – but also on the effects of such operations over forms of life other-than-human, shifting the analytical status of such terms as *environment* and *nature* from mere resources, ultimately managed to affect and direct human conduct, to being *living* entities.

**Keywords:** Biopolitics; Anthropocene; Multispecies Studies

Em artigo publicado no dia 25 de março de 2020 no jornal *Le Monde*, Bruno Latour afirma que a presente crise sanitária global reaviva as forças da autoridade do Estado; de um Estado, todavia, que não seria o *nosso* - isto é, aquele mais ou menos siderado no interior da crise ecológica que, a esta altura do século XXI, já sabemos plenamente instalada - mas sim um Estado de outrora, fortificado em suas fronteiras, o do domínio estatístico do século XIX: o do *biopoder*. Evocando uma volta à consciência da velha petição de segurança – *vous devez nous protéger* ("deveis nos proteger!") – dirigida ao Estado, Latour argumenta que se interpreta coletivamente (ele está a falar dos franceses) uma "forma caricatural do biopoder que parece saída diretamente de um curso do filósofo Michel Foucault"<sup>1</sup>.

O ponto da intervenção de Latour é colocar lado a lado dois modelos diferentes de gestão baseados em duas formas distintas de elaboração da crise que mobiliza (e imobiliza) há alguns meses não só a população francesa, mas boa parte da população planetária: de um lado, teríamos a perspectiva que esgota o problema na necessidade de se tomarem medidas imediatas de contenção do contágio de um agente patogênico específico (ou seja, tratar a pandemia do COVID-19 como uma anormalidade passageira e isolável, administrável estatisticamente e eventualmente contornável pela comunidade de *experts*); de outro lado, teríamos a perspectiva que tira a visada sobre a pandemia desse *isolamento* e a situa no espectro do problema que diz respeito à desigualdade crescente dos próprios padrões de

<sup>1</sup> LATOUR, *La crise sanitaire incite à se préparer à la mutation climatique*. Tradução nossa.

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará, Belém, PA; E-mail: [mauricioewf@gmail.com](mailto:mauricioewf@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8148-4312>

habitabilidade do planeta no tempo da mutação ecológica. Quando o autor adverte para o ressurgimento de um *Estado que não é o nosso*, numa figuração um quê caricata e desajeitadamente anacrônica, evidentemente está se reportando ao primeiro modo de tratar e narrar a pandemia.

É certo que a menção ao léxico foucaultiano é passageira e o texto de Latour não é uma peça de fôlego teórica: não se está a dirigir uma contestação acadêmica a Foucault, está-se a dirigir o olhar sobre seus contemporâneos, figurados aqui mais como coletividade indeterminável (os cidadãos franceses que assumem uma determinada postura diante da crise) e como agentes de uma entidade determinável (o Estado francês, com seu aparato técnico e administrativo, e que comportamentos de gestão assume diante da crise) do que como interlocutores teóricos ou especialistas individualizados. Apesar disso, cremos ser possível extrair, dessa pequena passagem, algumas provocações importantes para pensarmos uma categoria central na análise da contemporaneidade dentro da filosofia política: o que queríamos dizer quando falávamos de *biopolítica* no passado recente, pré-pandêmico? Parece bastante adequado sacar da coleção dos aparatos de leitura da política do momento até os lugares mais comuns associados a este campo de estudo para interpretar como a crise sanitária é gerida, mas passado o contexto de emergência, como falaremos de *biopolítica*? Se o estado do planeta e o Estado do século XXI são outros, a ideia de *biopolítica* ainda dá conta de compreender o enredamento complexo de eventos que conduzem e abandonam, que formam e deformam, que fomentam e aniquilam, a vida no Sistema Terra?

Essas são perguntas grandiosas e arriscadas, às quais só podemos oferecer uma resposta modesta e experimental. Mesmo sob o signo da imperfeição, gostaríamos de ensaiar uma proposta de abordagem, posicionando-nos, sim, pela utilidade dessa ferramenta conceitual particular hoje – durante e após esta crise, para ler o mundo das crises vindouras –, mas argumentando pela necessidade de operar-se um certo deslocamento ou um reajustamento de foco. Isto porque parece-nos que o tempo da mutação ecológica pede por um alargamento das fronteiras usuais dos estudos biopolíticos, de modo que falar de biopolítica no Antropoceno – ou Capitaloceno (não são termos intercambiáveis!) – enseja falar não apenas do *corpo humano* – destacado e individualizável em sua forma, saúde e duração, enquanto carne e enquanto subjetividade; ou tomado em conjunto, enquanto *corpo social* – mas também (por conjunção e não por exclusão) falar de vários *outros corpos*, mais ou menos visíveis, mais ou menos parecidos aos nossos. Queremos dizer com isso que o tempo da mutação ecológica nos impele a reconhecer algo que não é exatamente novo – muito pelo contrário – mas cuja ciência, agora, é inescapável: a *vida* da política não é exclusivamente a vida da espécie humana. A vida da política é multiespecífica.

Mesmo uma resposta fragmentária e parcial demanda uma partida e um situar-se. Este é o passo que tomamos agora. O termo *biopolítica* possui uma valência semântica tão vasta e abriga uma multiplicidade de investigações e usos tão diversos entre si que a sua presença no título de qualquer texto desacompanhada de um grande nome-chave torna quase imperativa, como primeiro passo do trabalho, a imediata delimitação do campo de interlocução teórica. Assim, nesta partida, indicamos dois nomes-chave no tratamento contemporâneo das articulações entre poder e vida de cujas formulações partiremos: Michel Foucault, brevemente evocado no texto de Latour, e Giorgio Agamben. Quanto a este último, indica-se desde já que não nos deteremos sobre os textos que o filósofo vem publicando desde março a propósito da emergência do vírus, apesar de seu teor "polêmico".

Como sabemos, as investigações biopolíticas de Foucault remontam a meados da década de 1970 – constando a primeira utilização do termo no *corpus* foucaultiano de uma conferência proferida na UERJ no ano de 1974, intitulada *La naissance de la médecine sociale*; dois anos depois, em 1976, temos sua formulação no célebre último capítulo de *A vontade de*

saber, primeiro volume da *História da Sexualidade, Direito de morte e poder sobre a vida*. Ainda na mesma década, temos a questão biopolítica analisada sob outras chaves interpretativas nos cursos ministrados no Collège de France: *Il faut défendre la société* (1975-1976) e *La naissance de la biopolitique* (1978-1979).

No caso de Agamben, quase duas décadas se passariam para que a biopolítica ocupasse uma posição de centralidade em seu pensamento. Os anos 1970, que para Foucault foram anos de uma abrangente, intensa e notória atividade intelectual, foram para Agamben anos de (frutífera) quietude enquanto jovem pesquisador em Paris. Foi aqui, todavia, que foi plantado o germe do livro que lhe garantiria a fama intelectual - justamente aquele que, retomando Foucault, adverte para a iminência de uma "catástrofe biopolítica sem precedentes"<sup>2</sup> na contemporaneidade: *Homo Sacer: il potere sovrano e la nuda vita*, publicado em 1995, primeiro momento de um projeto que iria se estender até o ano de 2015.

Em detrimento da cronologia, começaremos por apresentar uma síntese da biopolítica em Agamben para em seguida voltarmos a Foucault. Evidentemente, esta síntese não abrange um tratamento amplo e minucioso da questão na obra de ambos, mas pretende tratar apenas em linhas breves e bastante gerais a questão específica e o ponto a partir do qual partiremos na formulação da nossa hipótese - no caso, o lugar do corpo humano na dinâmica biopolítica.

A vocação do corpo humano, em Agamben, parece ser a sua capacidade de se constituir enquanto um espaço de cisões e disjunções. Se no panorama histórico-cultural do Ocidente o homem é *articulação* - "articulação e conjunção de um corpo e de uma alma, de um vivente e de um *logos*, de um elemento natural (ou animal) e de um elemento sobrenatural, social ou divino", a Agamben interessa pensar o homem "como aquilo que resulta da desconexão destes dois elementos e investigar não o mistério metafísico da conjunção, mas o prático e político da separação"<sup>3</sup>. É justamente na formulação de um avatar dessa proliferação de cisões que Agamben vai situar o ponto nevrálgico de sua investigação sobre a emergência da biopolítica no Ocidente: no caso, a bifurcação léxica a respeito daquilo que entre os gregos significa *vida* - a diferença entre *zoé* e *bíos*, a partir da análise de *A Política* de Aristóteles -, longe de ser um problema meramente filológico, é uma das chaves para compreendermos a emergência, na contemporaneidade, de um paradigma (bio)político caracterizado como "catastrófico".

A ideia de *biopolítica* é, assim, sustentada essencialmente pela *fratura*, passada no interior do corpo humano, entre aquilo que segundo esta concepção seria comum a todos os viventes - uma forma de vida *qualificada para menos*, a *zoé*, aquela matéria que o homem compartilharia com toda forma orgânica animada e com os outros animais que podem ser sociais em sua irracionalidade - e aquilo que seria exclusivo do homem - uma forma de vida *qualificada para mais*, ou vida qualificada *tout court*, a *bios*, cultivada na palavra que funda a moral e excepciona a existência de animais que podem ser políticos em sua racionalidade. Quando a potência característica da *bios*, sua plasticidade multiplicadora de formas-de-vida políticas, cede espaço à reduzida *zoé* no palco da política - ou seja, quando o objeto primordial no cômputo das estratégias políticas do Ocidente passa a ser a mera existência biológica do homem, teríamos a produção de um *corpo desvestido* de qualquer tipo de qualificação ou adorno institucional, jurídico ou metafísico; um *corpo abandonado*

<sup>2</sup> AGAMBEN, *Homo Sacer. Edizione Integrale (1995-2015)*, p. 168.

<sup>3</sup> AGAMBEN, *L'Aperto*, p. 21.

engendrado pelo poder soberano, plenamente matável –, teríamos o surgimento do paradigma biopolítico<sup>4</sup>.

Esta cisão não é só matéria de gênese, mas também de constante processo: a biopolítica, neste contexto, não apenas nasce de uma anomalia gestada no interior da citada disjunção (no caso, a anomalia da captura, pelo político, daquela fração de vida que se tornará *vida nua* e constituirá sua matéria primordial, tanto em regimes totalitários quanto em regimes democráticos); enquanto operação do poder soberano, ela é também um trabalho posterior sobre o corpo, um trabalho constante de formação de um corpo específico, seja a nível individual, seja a nível coletivo. Em *O que é um povo?*, Agamben escreve:

Mas isso significa, também, que a constituição da espécie humana num corpo político passa por uma cisão fundamental e que, no conceito de povo, podemos reconhecer sem dificuldade os pares categoriais que vimos definir a estrutura da política original: vida nua (povo) e existência política (Povo), exclusão e inclusão, zoé e bios. *Ou seja, o povo já traz sempre em si a fratura biopolítica fundamental. Ele é aquilo que não pode ser incluído no todo do qual faz parte e não pode pertencer ao conjunto no qual já está desde sempre incluído.*(...) Ele é aquilo que já é desde sempre e que precisa, no entanto, realizar-se; é a fonte pura de toda identidade e deve, porém, redefinir-se e purificar-se continuamente através da exclusão, da língua, do sangue e do território.(...) *Nessa perspectiva, o nosso tempo não é senão a tentativa – implacável e metódica – de atestar a cisão que divide o povo, eliminando radicalmente o povo dos excluídos.*<sup>5</sup>

Finalmente, a respeito das formulações concentradas sobretudo nestes momentos primeiros do pensamento biopolítico de Agamben, ressaltamos que nele a vida outra-que-humana não cabe. Como assinala Juliana Fausto, para Agamben “sendo a raça humana a única que existe ao mesmo tempo enquanto zoé e bios, diz respeito apenas a ela o ‘conflito político decisivo, que governa todos os demais conflitos’, que faz com que a política ocidental seja ‘co-originariamente biopolítica’”<sup>6</sup>. Se poderíamos inferir isto pelos próprios termos de *Homo Sacer: il potere sovrano e la nuda vita*, sobretudo se pensarmos no lastro semântico da *nuda vita*<sup>7</sup>, a resposta de Agamben à pergunta se haveria aplicabilidade do conceito de *vida nua* aos animais outros-que-humanos, através de comunicação pessoal por e-mail registrada na tese de doutoramento de Fausto, deixa isto bem claro:

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar que Agamben sublinha que a intrusão da zoé na política não é uma excepcionalidade da modernidade – a extensão da gravidade advinda da sua presença como matéria primordial das estratégias políticas de nosso tempo é que configura uma mudança particular e preocupante.

<sup>5</sup> AGAMBEN, *Meios sem fim: notas sobre política*, p. 37-39.

<sup>6</sup> FAUSTO, *A cosmopolítica dos animais*, p. 36.

<sup>7</sup> A *nuda vita* é uma tradução da *bloße Leben* benjaminiana. Sobre a ideia, Leland de la Durantaye escreve: “Although Benjamin does not offer further directions for how it is to be understood, it is clear that bare life is not an initial state so much as what becomes visible through a stripping away of predicates and attributes, and in this respect Geulen offers an excellent paraphrase when she notes that ‘naked or bare (and bared) life is not a prior substance, but instead what remains after the withdrawal of all forms’ (Geulen 2005, 82)” (2009, p. 2003). No mesmo sentido, o comentário de Ernani Chaves em nota à sua tradução do ensaio *Para a crítica da violência*: “Há uma nuance entre *nackt*, que designa a nudez de uma criança que sai do corpo de sua mãe, e *bloss*, que designa o “nu” no sentido de “despido”, em oposição a “coberto” com roupa ou roupagem (retórica, por exemplo). Neste contexto, é discutível a aproximação instigante, mas talvez apressada, que Giorgio Agamben estabelece entre este ensaio de Benjamin e o conceito de “vida nua”, base da biopolítica contemporânea, isto é, da intervenção da dimensão política e jurídica sobre a vida orgânica natural (em grego, zoé) de cada cidadão, enquanto a dimensão propriamente política, para o pensamento grego clássico, só podia interferir na vida social e comum (*bios*) dos homens)” (2013, p. 151)

A vida nua é algo produzido pelo poder e, na sua perspectiva, deveríamos pensar em uma ação do poder sobre os animais, o que é talvez concebível. Mas não existe uma vida política dos animais, então, neste sentido, a vida nua não parece possível para eles<sup>8</sup>.

Portanto, se Agamben aparece aqui como uma referência fundamental, isso se dá não apenas, em termos gerais, pela sua importância no âmbito dos estudos de natureza histórico-filosófica da biopolítica inaugurados por Foucault, mas porque gostaríamos de fixar neste âmbito marcadamente estrito da abrangência dos efeitos das operações biopolíticas o ponto de partida crítico de nossa proposta. A exclusividade do *corpo do homem* na biopolítica é para nós, portanto, uma primeira fundamentação em negativo.

Voltemos então a Foucault. É no último capítulo de *A vontade de saber* que temos um dos fios condutores da investigação biopolítica de Agamben – justamente esta cisão entre *zoé* e *bíos* no corpo humano – lapidado na célebre passagem: “o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão”<sup>9</sup>. Neste contexto, interessa a Foucault tratar de uma mudança de registro no exercício do poder: a passagem de um paradigma da soberania, em que a sobrevivência do soberano é o fim que condiciona o poder sobre a vida e a morte dos súditos – um poder que é da natureza do confisco, da “extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos”, que faz morrer e deixa viver –, a um paradigma, cujas raízes remontam à época clássica, que tem como pedra de toque a gestão da vida, em que “o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte”; a passagem do poder mortífero do confisco soberano para um (bio)poder sobre a vida:

Mas esse formidável poder de morte – e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites – apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto.

(...) O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica –, a de uma população. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e é exercido no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população<sup>10</sup>.

Entre 1975 e 1976, mesmo período de publicação de *A vontade de saber*, Foucault desenvolvia, em seu curso ministrado no Collège de France, *Em defesa da sociedade (Il faut défendre la société)*, uma análise da biopolítica sob outra perspectiva: aquela do *racismo de estado*. Como aponta Lemke, o racismo, nestas lições, tem um dupla função na economia biopolítica: ele realiza “incisões dentro do social”, que estabelecem os marcos da diferenciação entre raças boas e más, doentes ou saudáveis, não em uma perspectiva clássica da “luta das raças” (uma perspectiva de confronto externo, com a representação binária de duas raças diferentes em oposição), mas em uma visão de monismo biológico, onde o

<sup>8</sup> AGAMBEN *apud* FAUSTO, *A cosmopolítica dos animais*, p. 42

<sup>9</sup> FOUCAULT, *História da sexualidade (vol. 1)*, p. 155.

<sup>10</sup> FOUCAULT, *História da sexualidade (vol. 1)*, p. 148.



trabalho é interno, exercido sobre os próprios elementos de uma raça singular "ameaçada de dentro"; e também instaura "uma relação dinâmica entre a vida de uns e a morte de outros", colocando a própria possibilidade de vida de uns em estreita relação com a morte de tantos outros<sup>11</sup>.

Já em seu curso de 1978 – *O nascimento da biopolítica* – temos um novo deslocamento do termo. Sua análise é inserida no panorama de uma "analítica do governo" – num sentido que compreende não só "formas de direção política ou a estrutura jurídico-administrativa das instâncias estatais", mas também "as variadas formas de 'condução de pessoas'" e "formas da condução de outrem, assim como técnicas do governo de si"<sup>12</sup> –, colocando-a como componente característico do modo liberal de governo.

Apesar de o interesse de Foucault ter se concentrado sobre a nossa espécie, sobre o substrato humano – seu corpo e sua subjetividade – individualmente disciplinado ou coletivamente regulamentado, há aqui, nestes anos de 1976 a 1978, uma sugestão e uma abertura para o *ambiente*, para o *entorno*, que se aproximam do nosso interesse de pesquisa. Ferhat Taylan atenta a esta questão:

Reference to Michel Foucault's work assumes its significance in the context of this ferment of the environmental humanities, of which I have given a brief indication. In his lecture courses at the Collège de France from 1976 to 1978, he furnishes us with pointers as to the way in which the environment was posed as a problem by the Moderns from the standpoint of the government of human beings. The first occurs in his lecture of 17 March 1976 when he formulated the hypothesis of a biopower, that is, "the acquisition of power over man insofar as man is a living being" or, more simply, "state control of the biological". Foucault listed the main areas for investigation – among them, "control over the relations between the human race, or human beings insofar as they are a species, insofar as they are living beings, and their environment, the milieu in which they live"<sup>13</sup>.

Se em 1976 Foucault fala a respeito deste poder que se exerce como controle sobre o humano enquanto espécie vivente e sobre o meio em que esta espécie habita, em 1978, tendo como pano de fundo a arte liberal de governar e tratando da análise econômica da criminalidade de Gary Becker, Foucault fala do *homo oeconomicus* como aquele que "aceita a realidade"<sup>14</sup>, ou seja, como aquele que responde reflexivamente às variações de seu meio. Assim, mesmo concentrado sobre o humano, Foucault não o isola, muito pelo contrário; parte importante de sua visada consiste justamente numa compreensão alargada que toma o corpo e a subjetividade (humanos) dentro de um meio específico. O corpo não é simplesmente o *corpo abandonado, à deriva e matável*: o corpo tem um hábitat, e é parte integrante da lógica do poder agir também sobre este hábitat para conduzir a conduta do humano.

É este enquadramento do corpo na dinâmica biopolítica que gostaríamos de desdobrar a partir de uma perspectiva diferente. Nosso interesse não é seguir à risca o encaminhamento mais claro desta *abertura ao entorno* da biopolítica foucaultiana e investigar em que medida o controle sobre o meio (termo que engloba, de maneira ampla, formas de vida outras que humanas, "naturais", como *recurso*) se dá como um instrumento

<sup>11</sup> LEMKE, *Biopolítica: críticas, debates, perspectivas*, p. 64-65.

<sup>12</sup> LEMKE, *Biopolítica: críticas, debates, perspectivas*, p. 68.

<sup>13</sup> TAYLAN, *Mesopolitics: Foucault, environmental governmentality and the history of the Anthropocene*. In: *Foucault and the modern international*, p. 264.

<sup>14</sup> FOUCAULT, *O Nascimento da Biopolítica*, p. 368.

de condução da conduta humana. A questão que propomos ser colocada no contexto dos estudos biopolíticos parte de investigar quais são as consequências analíticas de provocar um deslocamento no tratamento deste entorno: pensa-lo, histórica e filosoficamente, não como só *recurso*, mas como *meio vivo*, composto por uma multiplicidade de formas de vida que são também manipuladas, afetadas, simplificadas e/ou aniquiladas - embora de maneiras bastante distintas entre si - no jogo biopolítico. Nossa proposta, assim, é pensar a biopolítica não a partir do corpo (humano) vivente em seu meio, mas a partir de um corpo vivo em um meio vivo. Assim, mesmo nos distanciando de Foucault neste aspecto, esta colocação do corpo devolvido a um hábitat seria o nosso ponto de partida em positivo, o qual informaria, evidentemente, como passo subsequente, o trabalho de análise sobre outros pressupostos de natureza situacional<sup>15</sup>.

A situação que pressiona esta extrapolação do corpo humano, no caso, é o advento daquilo que Bruno Latour chama o *Novo Regime Climático*<sup>16</sup>. Esse deslocamento de perspectiva impulsionado pela atenção ao Antropoceno enquanto fenômeno natural inescapável e prenhe de consequências materiais (e filosóficas), longe de ser produto de um modismo, parece-nos uma via plausível para tratar da biopolítica por dois motivos. Em primeiro lugar, parece-nos uma perspectiva particularmente interessante para pensarmos a biopolítica desde o Brasil, a partir do estudo de certas práticas de poder colocadas em jogo tanto no passado quanto no presente. Evidentemente que este tipo de estudo necessariamente passa por recortes temporais e geográficos específicos; mas em geral, é de se pensar que talvez esta via mais abrangente acolha melhor as complexidades de certos processos políticos calcados em uma economia sobre corpos humanos e outros-que-humanos, exercida indissociavelmente (mesmo que em diferentes níveis) sobre diferentes formas de vida, simplificando ou eliminando tudo aquilo que não acresça à sua rentabilidade, por exemplo; ou como as operações que poderíamos dizer biopolíticas dirigidas contra os povos indígenas até hoje (o genocídio e o ecocídio, de um lado; os projetos de "integração", verdadeiras tentativas de *aclimação* do corpo indígena à miséria econômica e existencial do Brasil "produtivo", de outro lado<sup>17</sup>). Em segundo lugar, esta via expandida que compreende uma outra maneira de tratar o *meio* na dinâmica biopolítica (não só como recurso e instrumento indireto de condução da conduta humana, mas também como *alvo*, *destinatário*, e como uma espécie de *agente emergente*) nos parece igualmente apta a incluir no âmbito de análise a chamada *slow violence*, uma violência sutil mas poderosa que se prolifera na mesma temporalidade dos fenômenos naturais de longa duração<sup>18</sup>: sob este enfoque, o *meio*, para além de recurso ou alvo, pode ser tratado também como uma arma para a biopolítica - o que nos parece importante para pensarmos em termos de uma geopolítica que se desenha mais e mais no balanço entre um deixar devastar hábitats (espaços, formas de vida, culturas) e fazer refúgios. Resumindo, pode-se dizer que gostaríamos de pensar a biopolítica não apenas como exercício multifacetado de poder sobre o corpo e a subjetividade humanos, mas como um exercício de poder formador e reformador de *paisagens*, compreendendo com isto as "sincronicidades estruturais entre ecologia,

<sup>15</sup> Partimos da mesma situação de Taylan - isto é, do Antropoceno -, mas este autor, quando volta a Foucault, ainda se concentra no *meio* como *recurso* para propor a sua ideia de *mesopolítica*.

<sup>16</sup> LATOUR, *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*.

<sup>17</sup> "Transformar o índio em pobre", como diz Eduardo Viveiros de Castro em palestra intitulada *A Revolução faz o bom tempo*.

<sup>18</sup> NIXON, *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*.

capital, e histórias humanas e outras-que-humanas através das quais paisagens desiguais são feitas e refeitas”<sup>19</sup>.

Poder-se-ia dizer, portanto, que subjacente a esta visada, existe claramente a atenção afetada por uma preocupação de natureza ecológica. Quanto a este ponto, uma última distinção é necessária. Conjuguar elementos do domínio da natureza e uma "preocupação ecológica" ao termo biopolítica não é exatamente um gesto inédito. Em verdade, usos do termo anteriores à discussão mobilizada por e suscitada a partir de Foucault apresentavam essa ligação de maneira proeminente. Lemke dedica um capítulo do seu livro *Biopolítica: críticas, debates, perspectivas* à chamada biopolítica ecológica, um conjunto variado de proposições (algumas inclusive de cunho religioso) datadas das décadas de 1960 e 1970 que visam, em comum, "a preservação dos fundamentos naturais da vida humana"<sup>20</sup> tendo como plano de fundo o debate ecológico.

Gostaríamos de ressaltar que nossa proposta não se alinha a este tipo de encaminhamento. Os projetos de "biopolítica ecológica" citados por Lemke são postos em termos pretensamente propositivos: são propostas de biopolítica como possíveis (*bio*)*policies*, plataformas apresentadas para imediato uso (e sobretudo abuso) político, facilmente apropriadas por discursos da direita conservadora e movimentos de cunho religioso. Quando falamos de uma proposta de *biopolítica multiespécies*, não estamos falando de uma proposta de gestão ou de *policy*, de modelos pensados para gestores; estamos falando de uma *proposta de estudo* de natureza crítico-analítica que pretende investigar práticas exercidas no passado ou em exercício no presente.

O presente texto tem o escopo de *apresentar* uma proposta, e não fechar um desdobramento específico ou elaborá-la, em termos gerais, à exaustão. A perspectiva apontada não apenas enfatiza a emergência do biológico (do homem) no centro palco da política, mas se preocupa com e pretende investigar, também, a emergência do ecológico – como alvo e como agente – no campo aberto da política. Se uma parte crítica do fazer viver e deixar morrer (ou ainda do fazer morrer e deixar viver na ênfase tanatopolítica de alguns autores) hoje envolve uma poda da vida não aclimatável a certo regime produtivo (que sustenta um determinado *way of life*) através da destruição do seu *climat*, ou seja, da destruição das condições materiais<sup>21</sup> e espirituais dessa vida exótica matável, é de se perguntar não só de um paralelismo estrutural, mas da simbiose mesmo em que este processo de simplificação e aniquilação se encontra imbricado com aquele dirigido a formas de vida outras-que-humanas; ou seja, gostaríamos de perguntar e investigar como determinados processos biopolíticos convergem para que povos, gentes, seres outros-que-humanos e sistemas, juntos, morram - emprestando a expressão de A.W. Crosby - como "vasos de flores cortadas"<sup>22</sup>.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. Edizione Integrale (1995-2015)*. Macerata: Edizioni Quodlibet, 2018.

AGAMBEN, Giorgio. *L'Aperto: l'uomo e l'animale*. Torino: Bollati Boringhieri editore, 2017.

<sup>19</sup> BUBANDT; MATTHEWS; TSING, *Patchy Anthropocene: landscape structure, multispecies history, and the retooling of anthropology*, s.p. Tradução nossa.

<sup>20</sup> LEMKE, *Biopolítica: críticas, debates, perspectivas*, p. 40.

<sup>21</sup> LATOUR, *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*, p. 10.

<sup>22</sup> CROSBY, *Imperialismo Ecológico*, p. 80.



- AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre política*. Tradução Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Para a crítica da violência*. Tradução Ernani Chaves. In: *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013.
- BUBANDT, Nils; MATTHEWS, Andrew S.; TSING, Anna. *Patchy Anthropocene: landscape structure, multispecies history, and the retooling of anthropology*. In: Volume 60, Suplemento 20, da revista *Current Anthropology* da Universidade de Chicago. Agosto de 2019. Acessível em <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/703391?ai=sj&mi=87tc&af=R>
- CAMPBELL, Timothy C. *Improper life: technology and biopolitics from Heidegger to Agamben*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. Tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- DURANTAYE, Leland de la. *Giorgio Agamben: A critical introduction*. California: Stanford University Press, 2009.
- FAUSTO, Juliana. *A cosmopolítica dos animais*. Tese de doutorado. Acessível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32505/32505.PDF>.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2ª ed. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade (vol. 1): a vontade de saber*. 6ª ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.
- LATOUR, Bruno. *La crise sanitaire incite à se préparer à la mutation climatique*. Artigo publicado em 25 de março de 2020, disponível em [https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/03/25/la-crise-sanitaire-incite-a-se-preparer-a-la-mutation-climatique\\_6034312\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/03/25/la-crise-sanitaire-incite-a-se-preparer-a-la-mutation-climatique_6034312_3232.html)
- LATOUR, Bruno. *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*. Paris: Éditions La Découverte, 2017.
- LEMKE, Thomas. *Biopolítica: críticas, debates, perspectivas*. Tradução Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Politeia, 2018.
- NIXON, Rob. *Slow violence and the environmentalism of the poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- TAYLAN, Ferhat. *Mesopolitics: Foucault, environmental governmentality and the history of the Anthropocene*. In: *Foucault and the modern international*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2017.